

Câmara de Cuiabá cassa mandato de Edna por quebra de decoro

Gilberto Leite



A vereadora Edna Sampaio, do PT, teve seu mandato cassado pela Câmara de Cuiabá com 20 votos a favor, por quebra de decoro parlamentar. A decisão ocorreu durante sessão extraordinária nesta quarta-feira, 11 de outubro. Nenhum vereador votou contra e cinco deles estiveram ausentes. O processo de cassação foi motivado por alegações de "rachadinha", onde a vereadora teria se apropriado indevidamente da verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete. Edna alegou que os recursos foram usados para financiar projetos sociais alinhados com suas políticas, mas a Comissão de Ética entendeu que ela os usou inadequadamente. O professor Robinson Cireia, primeiro suplente do PT, ocupará o cargo deixado vago por Edna Sampaio

PÁG. 3

Mendes tem prazo para defender lei

O STF concedeu um prazo de 10 dias para o governador Mauro Mendes e a ALMT se manifestarem sobre a ação de inconstitucionalidade contra o Transporte Zero, uma nova lei que proíbe o transporte

e armazenamento de peixes em Mato Grosso por cinco anos. O partido MDB nacional propôs a ação, alegando que a lei é inconstitucional e prejudicial aos pescadores profissionais

PÁG. 4

"Destruíram as políticas públicas"

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), enfatizou que a equipe interventora do Estado está prejudicando a Saúde Pública da capital com o objetivo de afetar sua administração. Emanuel salientou que

a Procuradoria do Município está atualmente estudando maneiras de evitar que a prefeitura seja prejudicada com o término do período de intervenção em 31 de dezembro

PÁG. 4

Gilberto Leite



Bancada de Mato Grosso fica intacta

Maurício Costa Romão, nos apresenta a sistemática de alocação de vagas legislativas nas eleições proporcionais, destacando as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7228, 7263 e 7325 impetradas no STF pelos partidos REDE, Podemos/PSB e Progressistas. Os partidos ques-

tionam as restrições impostas na terceira etapa do processo. Em sua análise, ele reforça que a bancada parlamentar de MT, composta por Amélia, Assis e Fernanda, não será afetada pela decisão, independentemente do resultado final do julgamento

PÁG. 5

Dino defende uso de guardas municipais

O Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Flávio Dino, enfatizou o investimento nas Guardas Municipais como estratégia para conter a atuação de facções criminosas no país e os conflitos

entre elas. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que as guardas municipais fazem parte do Sistema de Segurança Pública. Dino defendeu o fortalecimento dessas forças locais, ar-

gumentando que guardas municipais bem equipadas podem prevenir ações criminosas e responder rapidamente a emergências. Ele também anunciou investimentos em equipamentos e veículos

para a área de Segurança Pública, destacando a importância da cooperação entre governos estaduais e municipais para operações integradas

PÁG. 6

Tribunal de Justiça oficializa 7 vagas para desembargadores

Gilberto Leite

A presidente Clarice Claudino anunciou a criação de sete novas vagas de desembargador no TJMT, sendo três baseadas na antiguidade e quatro no mérito. Além disso, há duas vagas do Quinto Constitucional reservadas para indicados do Ministério Público do Estado (MP-MT) e da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Mato Grosso (OAB-MT). Cada órgão indicará seis nomes, resultando em duas listas sêxtuplas. Os desembargadores avaliarão os candidatos, formarão duas listas tríplexes e, finalmente, o governador Mauro Mendes dará a palavra final, escolhendo dois novos membros, um de cada órgão

PÁG. 5



Empresas de MT voltam ao azul

No primeiro semestre deste ano, 54,8% das empresas de Mato Grosso conseguiram regularizar ou renegociar suas dívidas em até 60 dias após a

negativação, recuperando sua posição de crédito. Isso foi revelado pelo Indicador de Recuperação de Crédito das Empresas da Serasa Experian, divulgado na

última semana. A melhora de 2% em comparação ao ano anterior se deve ao crescimento econômico, inflação mais baixa e taxas de juros em queda.

O programa "Desenrola Brasil", lançado em agosto, pelo governo Lula (PT) também auxilia na renegociação de dívidas

PÁG. 7

EDITORIAL

Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite.

Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamente desde

2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria *Haemophilus* - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018.

Outrora conhecido como um exemplo na imunização infantil, o Brasil corre o risco de

ver a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação.

Mas também há um 'dedinho' estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados constantemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vacinação. Desde

então, caiu para R\$ 86 milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crianças contra a covid-19, levando pais e responsáveis a contestar a vacinação como um todo.

Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de difteria

e doença meningocócica. Essas doenças causavam interações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação.

Para recuperar a cobertura vacinal e retomar o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, relembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

Outubro Rosa

Virginia Mendes (*)

Certo dia uma mulher decide prestar atenção em si, e lembra de fazer o toque em suas mamas. Ao se tocar, sente um pequeno caroço no seio esquerdo. Na hora, acredita que não é nada sério e deixa de lado a situação.

A maioria das histórias sobre os casos de câncer de mama são relatados desta forma, porém essa é uma realidade que podemos mudar a cada dia, ano após ano. O mês de outubro veio com a proposta de fazer as mulheres se informarem mais sobre o assunto, se conscientizarem e buscar apoio para o que ocorre a nossa volta.

Nós, mulheres, temos por natureza o cuidado pelo próximo, e, na maioria das vezes, nos deixamos de lado. Isso ocorre de forma involuntária. Pensamos sempre que podemos ficar para depois, atrasa-

mos nossos exames de rotina, 'exclusivamente' porque existem outras prioridades. Precisamos mudar esse pensamento e cuidar um pouco mais de nós.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), um a cada três casos da doença pode ser curado se for diagnosticado logo no início, então deixo um alerta para a importância de participarem das campanhas de conscientização como as que ocorrem todos os anos, ou fazer os exames de rotina uma vez ao ano.

Os dados apontam que o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres. No Brasil e no mundo, pelo menos 25% dos novos casos de câncer, a cada ano, são desse tipo. Um alerta importante: o câncer de mama geralmente é assintomático. São tumores que demoram a dar sinais e o tratamento depende do estágio da doença.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2023, pelo menos 73.610 mulheres no Brasil receberão o diagnóstico de câncer de mama. Em casos precoces, a chance de cura é de 95%, e em estágios avançados é de 5%.

Como é de conhecimento público, já enfrentei dois tipos de câncer: de pele e de pâncreas. Hoje tenho apenas 40% do pâncreas. Acredito que o diagnóstico precoce foi o sucesso do meu tratamento. Ainda vivo sob cuidados, e estou aqui para dar forças e encorajar quem está em tratamento.

Eu sei o que é ter câncer. O tratamento é necessário, mas o mais importante é a rede de apoio, o carinho, a atenção e o cuidado da família. A orações que recebi e recebo sempre são a minha força. Deus em primeiro lugar, mas todo este amor é uma força poderosa que auxilia na cura.

Em Mato Grosso, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), todos os anos mobiliza campanhas, além dos atendimentos que ocorrem durante todos os meses com mutirões e as ações realizadas nos municípios.

Como mulher, primeira-dama do Estado e madrinha da Campanha Outubro Rosa 2023, me sinto ainda mais responsável em fazer um alerta a todas as mulheres para que busquem atendimento. É a melhor forma de continuar cuidando das pessoas que amamos. Mas é preciso, antes de tudo, cuidar de si.

VIRGINIA MENDES é economista e primeira-dama de MT.



Embedded Finance

Pedro Barreiro (*)

Numa definição simples, Embedded Finance é a oferta de produtos e serviços financeiros no portfólio de empresas de outros setores. Falando assim, não parece novidade, né? Há décadas a gente vê lojas de eletros, supermercados e companhias aéreas oferecendo cartão de crédito de marca própria.

Mas não é a mesma coisa. O que torna Embedded Finance tão poderoso e faz com que grandes players como o HSBC olhem para este mercado, são as possibilidades quase infinitas de integrar ofertas financeiras a interfaces digitais que os consumidores utilizam no dia a dia e moldar uma experiência perfeita enquanto eles pagam, fazem empréstimos, contratam seguros ou convertem e enviam dinheiro internacionalmente, por exemplo.

Hoje, a escolha de um produto ou serviço não tem a ver só com o preço ou a qualidade deles em si, mas também com o jeito que estão "embutidos" na jornada do cliente, em vez de serem interações isoladas. O modelo "as-a-service" oferece

uma alternativa para atingir uma base maior de usuários ao facilitar a vida deles, sem pedir que mudem seus hábitos atuais, como por exemplo, baixar um novo app, fazer um cadastro novo, etc.

O futuro das fintechs não está só em produtos

Eu já escrevi sobre como as fintechs revolucionaram o setor financeiro tradicional e o que cada player poderia aprender com o outro nessa troca. Mas o assunto agora é o olhar para futuro, e o futuro das fintechs não está nos aplicativos em si, mas na força das suas infraestruturas.

O "as-a-service" permite levar os produtos diretamente aos clientes onde eles já estão, atendendo necessidades reais e com a conveniência que eles já estão acostumados. É mais eficiente e proporciona uma melhor experiência (e melhores resultados) do que esperar que eles venham até você. Para as fintechs, isso quer dizer um canal de distribuição muito mais que o alcance direto do serviço direto ao consumidor final.

Na Wise, fazemos isso através da Wise Platform. Nos últimos anos, a empresa construiu, por trás dos produtos B2C

que praticamente todo mundo conhece, uma infraestrutura de pagamentos global poderosa. Essa API permite que bancos, e-commerces e outras organizações, grandes ou pequenas, incorporem serviços de envio, recebimento e gestão de pagamentos internacionais e locais às suas infraestruturas existentes. Assim, os usuários desses serviços não precisam vir até a Wise - a Wise chega, indiretamente, até eles.

Potencial do mercado de Embedded Finance no Brasil

Os setores de varejo, bens de consumo e outros serviços, que movimentam mais de 35% do PIB brasileiro, têm potencial de capturar juntos receitas de R\$ 23 bilhões ao ano em até cinco anos com a ampliação de ofertas financeiras, segundo estudo da Deloitte. Além de desbloquear essa nova fonte de receita, isso cria diferenciação e permite às empresas manterem-se à frente, oferecendo aos seus clientes novos produtos e serviços e uma experiência sem atrito do início ao fim da jornada.

Estes serviços podem ser difíceis de desenvolver por conta própria por

quem não está no setor financeiro ou até mesmo por instituições bancárias tradicionais. E as fintechs estão bem posicionadas para impulsionar o crescimento das ofertas as-a-service graças à sua agilidade e inovação e muitas vezes serem focadas em um nicho de negócio específico. Segundo insights da McKinsey sobre o assunto, as fintechs são facilitadoras do Embedded Finance por fornecer a tecnologia e a plataforma por meio da qual outras instituições parceiras podem expandir suas próprias ofertas de serviços e produtos.

As fintechs têm transformado os serviços financeiros há mais de uma década, mas o as-a-service pode ser a mudança definitiva. E bancos e outras empresas dispostas a se unirem a elas estarão à frente para aproveitar as oportunidades desse mercado em rápido crescimento. E aí, qual a sua aposta?

*PEDRO BARREIRO é líder de Parcerias Bancárias e Expansão da Wise no Brasil



Liderança comparada

Francisney Liberato (*)

A liderança comparada é inevitável, mas pode ser utilizada para produzir bons resultados no trabalho.

O seriado transmitido pela Netflix com o tema "The Crown" ou "A coroa" é um drama criado e escrito por Peter Morgan. A série conta a história biográfica sobre o reinado da Rainha Elizabeth II do Reino Unido.

Nesse drama são apresentados a história de sucessão do Rei Jorge IV e o provimento do cargo exercido pela filha, Rainha Elizabeth II, com base na linha sucessória britânica.

Elizabeth assumiu o trono britânico aos 25 anos, bem jovem. A coroação ocorreu em 2 de junho de 1953.

Logo quando começou a exercer o seu cargo de liderança, como rainha do Reino Unido, as comparações surgiram entre ela e o seu pai. Normalmente quando ocorre a mudança de um líder, é comum que os liderados e os seres humanos em geral façam comparações entre um e outro. É notório que haverá pontos positivos e negativos tanto de quem entra como de quem sai do cargo de liderança.

É perceptível no seriado que havia certa irritação por parte da rainha com essas comparações com seu pai. Chegou

o momento em que ela mostrou a todos os envolvidos que a gestão era dela e que tinha um perfil único e exclusivo, que daquele momento em diante seria de acordo com o seu perfil de trabalho.

No time de futebol do Flamengo, houve a comparação entre o técnico português vencedor, Jorge Jesus, com o seu sucessor, o espanhol Domènec Torrent. Ocorreram comparações entre saídas e entradas de presidentes da República do Brasil. Toda mudança gera desconforto para os líderes como também para os liderados.

No meu histórico de vida como líder da iniciativa privada ou pública, tenho vivenciado muitas situações de comparação. Praticamente em todos os cargos que ocupei ouvi a comparação entre mim, sucessor, e o sucedido. Vale ressaltar que ninguém é melhor do que ninguém, pois cada um tem uma forma de liderar e de trabalhar. Sempre percebi que as comparações que chegavam diretamente aos meus ouvidos não eram com o propósito de colaborar, mas sim de criticar o antecessor, ou de obter a minha opinião sobre o sucedido. E as mensagens que não eram proferidas diretamente a mim, ou seja, nos rádios-corredores do trabalho, eram no intuito de criticar e focar acerca do trabalho do sucessor ou sucedido, que nem sequer tinha tempo para avaliar o seu labor.

Nós, líderes, não devemos dar excessiva atenção a essas comparações. O mais louvável a ser feito é comparar consigo mesmo, com o seu trabalho e com o seu desempenho. Não obstante, é possível que você como líder aproveite os pontos positivos do líder anterior, com in-

tuito de aperfeiçoá-los e, ainda, observe os pontos negativos do líder sucedido, para não cometer os mesmos erros e falhas.

Ninguém é igual a ninguém. Somos únicos e singulares, até os gêmeos univitelinos são diferentes por dentro, no seu caráter, em suas decisões. A comparação não é salutar, contudo, é algo que ocorre cotidianamente.

Prefira comparar consigo mesmo e com os seus feitos no trabalho. Infelizmente, é possível que haverá a liderança comparada com o intuito de te desestimular a continuar exercendo esse nobre cargo, que é o da liderança. Usufrua de suas comparações para aperfeiçoar a sua atuação no desejo de atingir os propósitos da entidade.

Você tem a sua própria identidade!

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor. Palestrante. Professor. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência Emocional", "Manual do Concurseiro", "Sabedoria", "Discípulos" e "Educação Financeira". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

DENÚNCIA DE RACHADINHA

Por uma diferença de 20 votos, a Câmara de Cuiabá aprovou o parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que identificou a quebra de decoro parlamentar

Vereadora Edna perde o mandato

Da redação

Por 20 votos, a Câmara de Cuiabá aprovou o parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e cassou o mandato da vereadora Edna Sampaio (PT) por quebra de decoro parlamentar. A votação ocorreu durante a sessão extraordinária na manhã de quarta-feira, 11 de outubro. Nenhum vereador votou contrário ao entendimento da comissão, houve cinco parlamentares ausentes. Veja o placar no final da matéria.

Diante da ausência da vereadora e dos advogados de defesa, o presidente nomeou o servidor efetivo Pedro Henrique Nunes de Oliveira como defensor dativo da parlamentar. Em menos de 10 minutos, ele ressaltou que cassar o mandato da vereadora seria danoso à população, que escolhe seus representantes. O advogado ainda destacou que a lei, que trata sobre o assunto, não prevê nenhuma obrigatoriedade sobre o uso da verba e ressaltou que o recurso foi utilizado para financiar projetos e organizações sociais que defendem seu



A vereadora se defendeu das acusações, alegando que está sendo vítima de violência política e de gênero

projeto político, como direito à saúde, educação e moradia. Ele alegou que o prazo foi extrapolado e negou todos os fatos apresentados na denúncia.

O requerimento que abriu o processo ético contra Edna foi apresentado pelo vereador Luís Cláudio (PP). Nele, o parlamentar cita a denúncia que apresentada pelo site RD News, de que a vere-

adora teria se apropriado ilegalmente da verba indenizatória recebida pela sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, que foi demitida quando estava grávida.

A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações

que não têm fundamento. Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre como estão sendo gastos os recursos de verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefia de gabinete. A modalidade de mandato coletivo não é reconhecida na legislação brasileira.

Edna ainda reforçou que a portaria que trata sobre a verba indenizatória dos chefes de gabinetes não é clara sobre a proibição de transferência dos valores recebidos pelas servidoras para outra conta corrente. Segundo a vereadora, os valores das VIs eram transferidos para uma conta sua com objetivo de garantir maior controle dos gastos, versão que é contestada pelos seus colegas de Parlamento.

Após as oitivas e a apresentação da defesa da parlamentar, a Comissão de Ética elaborou um relatório opinando pela cassação por entender que ela teria se apropriado indevidamente dos recursos que era destinada apenas para cobrir as atividades da chefe de gabinete.

O processo havia sido suspenso pela Justiça, que acatou ao pedido da defesa da vereadora, ex-juiz federal Julier Sebastião, por supostas irregularidades em sua tramitação. O relator do caso, vereador Kássio Coelho (Patriota), após retomada do processo, manteve seu entendimento.

Com a decisão, quem ocupará a cadeira da vereadora é o primeiro suplente do PT, o professor Robinson Cireia.

PLACAR DA VOTAÇÃO: FAVORÁVEIS À CASSAÇÃO

Adevair Cabral (PTB)
Cezinha Nascimento (União)
Chico 2000 (PL)
Demilson Nogueira (PP)
Dídimo Vovô (PSB)
Dilemário Alencar (Podemos)
Dr Luiz Fernando (Republicanos)
Fellipe Corrêa (Cidadania)
Jeferson Siqueira (PSD)
Jhonny Everson (PDT)
Kássio Coelho (Patriota)
Marcos Brito Júnior (PV)
Maysa Leão (Republicanos)
Michelly Alencar (União)
Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania)
Sargento Joelson (PSB)
Sargento Vidal (MDB)
Wilson Kero Kero (Podemos)

VEREADORES AUSENTES

Dr Ricardo Saad (PSDB)
Edna Sampaio (PT)
Eduardo Magalhães (Republicanos)
Paulo Henrique (PV)
Professor Mário Nadaf (PV)

DÉJÀ VU

Abílio aponta erros e profetiza retorno de Edna

Da redação

Presente na sessão extraordinária que cassou o mandato da vereadora Edna Sampaio (PT), o deputado federal Abílio Brunini (PL) apontou supostos erros na condução do processo e "profetizou" que a petista voltará à Câmara de Cuiabá, por meio da Justiça. Se concretizado, o caso se assemelha ao dele, que teve o mandato de vereador cassado em 2020 e conseguiu reverter a situação na Justiça, por causa de irregularidades no trâmite da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

"Acredito que por causa dessas falhas, de não ter sorteado três vereadores e esses motivos, eles devem levar a um parecer jurídico, na decisão da justiça, a recondução. E aí caberá aos vereadores, se eles quiserem fazer um novo processo de cassação. Eu acredito que o Julier [Sebastião, defesa de Edna] é um bom advogado e

ele vai observar, provavelmente, como foi conduzido o nosso processo de defesa e deve seguir para ela também", disse em entrevista à imprensa nesta quarta-feira, 11 de outubro.

Apesar de fazer esse apontamento, Abílio ressaltou que não defende a vereadora, acusada de se apropriar indevidamente da verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, e por tê-la demitido grávida.

Ainda em sua avaliação, caso Edna consiga uma decisão favorável da Justiça, ela voltará fortalecida ao Legislativo, assim como com ele há três anos.

"Eu sou de direita, sou do PL e estou dizendo que houve um erro no processo de cassação dela. E eu falei até para os vereadores 'se vocês cassarem ela, ela vai voltar'. Então, eu acho que não há o interesse, pelo menos da minha parte, não há o interesse de cassar ela. Pelo con-

trário, porque se você cassa ela com erros processuais, você vai acabar a fortalecendo, na hora que ela voltar, ela vai voltar com mais força política dentro do segmento dela", explicou.

"Acredito que o fato de a Câmara ter me cassado naquela ocasião com um processo de forma equivocada, isso ajudou muito sim, ajudou muito sim", acrescentou.

CASSAÇÃO - Por 20 votos, a Câmara de Cuiabá aprovou o parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e cassou o mandato da vereadora Edna Sampaio por quebra de decoro parlamentar.

O requerimento que abriu o processo ético contra Edna foi apresentado pelo vereador Luís Cláudio (PP). Nele, o parlamentar cita a denúncia que foi apresentada pelo site RD News, de que a vereadora teria se apropriado ilegalmente da verba indenizatória recebida pela

sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, que foi demitida quando estava grávida.

A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm fundamento. Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre como estão sendo gastos os recursos de verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefia de gabinete. A modalidade de mandato coletivo não é reconhecida na legislação brasileira.

Edna ainda reforçou que a portaria que trata sobre a verba indenizatória dos chefes de gabinetes não é clara sobre a proibição de transferência dos valores recebidos pelas servidoras para outra conta corrente. Segundo a vereadora,

os valores das VIs eram transferidos para uma conta sua com objetivo de garantir maior con-

trole dos gastos, versão que é contestada pelos seus colegas de Parlamento.



Apesar de fazer essa observação, Abílio ressaltou que não está defendendo a vereadora, que foi acusada de se apropriar indevidamente da verba indenizatória

LOGÍSTICA

Obras dos trilhos da Ferrovia até Cuiabá será fiscalizada

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) anunciou a criação de uma comissão dedicada a monitorar de perto o progresso da construção dos trilhos da Ferrovia Estadual Senador Vicente Vuolo, também conhecida como Ferronorte, até a capital, Cuiabá. A decisão foi tomada após uma audiência pública realizada na segunda-

feira (9), na qual foram exigidas informações sobre o andamento das obras desse ramal ferroviário vital para a região.

O trecho em questão faz parte do contrato de autorização de construção para a expansão dos trilhos da ferrovia, que vai do terminal em Rondonópolis (212 km ao sul de Cuiabá) até Lucas do Rio Verde (332 km ao norte da capital). Essa expansão foi pos-

sível graças à Lei Complementar 685/2021, que estabeleceu o Sistema Ferroviário do Estado de Mato Grosso (SFE/MT) e regulamentou os serviços de transporte ferroviário de cargas e de passageiros. A lei permitiu que o governo estadual assumisse as obras e a gestão da ferrovia, anteriormente sob responsabilidade do governo federal.

No entanto, preocupações surgiram entre

os parlamentares em relação à execução das obras, resultando na realização da audiência pública. O principal foco de preocupação é o cumprimento do contrato, que estipula a conclusão da obra até 2025.

O deputado Júlio Campos, presidente da reunião, destacou a necessidade de priorizar o trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, conforme acordado no

contrato. Ele enfatizou a importância de criar uma comissão composta por cinco deputados da Baixada Cuiabana para acompanhar o progresso da Rumo Logística, a empresa encarregada da construção e gestão da ferrovia.

Wilson Santos ressaltou a falta de interesse da empresa no trecho que chegará até Cuiabá e a importância do papel do Poder Legislativo em fiscalizar e pressio-

nar para que o contrato seja cumprido. O deputado Carlos Avalone também manifestou preocupação quanto ao atraso nas obras em direção à capital.

A Rumo Logística explicou que o pedido de licenciamento para Cuiabá ainda não foi feito porque o projeto executivo não foi concluído. A empresa não estabeleceu um prazo para a solicitação da licença.

TRANSPORTE ZERO

Mauro Mendes e os deputados terão 10 dias para se manifestarem na ação de inconstitucionalidade da Lei Estadual movida pelo MDB

STF dá prazo a governador e AL

Da redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil) e a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) têm 10 dias para se manifestar na ação de inconstitucionalidade contra o Transporte Zero (Lei Estadual n. 12.197/2023). O prazo foi estipulado pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita o processo. A decisão é desta segunda-feira, 9 de outubro.

"Ante o exposto, solicitem-se informações, a serem prestadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso e pelo Governador do Estado de Mato Grosso, no prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vista ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, para que cada qual se manifeste, sucessivamente, no prazo de 5 (cinco) dias", determinou o ministro.

A ação foi proposta no último dia 4 de outubro pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nacional, por articulação do deputado federal Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho. O parlamentar é um dos opositores à nova lei, que na prática proíbe a atividade

de de pesca profissional em Mato Grosso.

O partido pede que o STF declare a lei inconstitucional por afrontar diversas proibições previstas na legislação brasileira, como usurpar a competência da União para legislar sobre normas gerais sobre a pesca.

Outras supostas irregularidades são apontadas na peça. O MDB cita que a lei afronta a dignidade humana, a democracia participativa, a liberdade do exercício profissional e o pleno exercício dos direitos culturais.

"A proibição da pesca pelo período de 5 anos contraria de forma direta as determinações contidas na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o que "pode colocar em risco a continuidade de vida tradicional e comprometer a sobrevivência das comunidades pesqueiras no Estado de Mato Grosso, representando uma ameaça significativa para os pescadores profissionais artesanais", diz trecho.

Ao ajuizar a ação, o partido também relacionou estudos técnicos que refutariam as alegações do Governo do Estado, autor do projeto enviado à Assembleia Legislati-



O governador Mauro Mendes e a ALMT têm 10 dias para se manifestar na ação de inconstitucionalidade contra o Transporte Zero

va. Quando apresentou o texto ao Parlamento, o Poder Executivo teve como principal argumento que a interrupção da pesca era fundamental para repovoar os rios, que tem sofrido com a diminuição dos peixes.

Contudo, o partido citou um estudo técnico da Embrapa Pantanal, que não há evidências científicas que indiquem redução na população de peixes por causa de ex-

cesso de pesca. O estudo engloba as três bacias hidrográficas nas quais Mato Grosso está inserido (Amazônica, Tocantins e Platina).

Ainda na peça, o MDB cita que estudos também apontam que o desaparecimento de peixes é causado principalmente pela instalação de hidrelétricas. Essas construções alteram o curso do rio, mudam o fluxo da água, assim como alteram sua

temperatura, desequilibrando o habitat.

"Além disso, as hidrelétricas alteram o regime hidrológico dos rios, modificando o fluxo de água, a temperatura, a qualidade da água e a disponibilidade de alimentos. Essas mudanças podem resultar em perda de habitats aquáticos, diminuição da produtividade dos ecossistemas e desequilíbrio das cadeias alimentares.

Peixes e outras espécies aquáticas dependem de condições específicas para sobreviver e se reproduzir, e qualquer alteração nesses parâmetros pode afetar diretamente seus estoques", citou o partido ao propor a ação.

TEXTO - O Transporte Zero foi sancionado em julho deste ano, após uma tramitação desgastante na Assembleia Legislativa. De autoria do Poder Executivo, o texto proíbe o transporte e armazenamento de peixes em território mato-grossense pelo período de cinco anos.

A legislação entra em vigor em janeiro de 2024. A partir daí, os pescadores profissionais - cerca de 15 mil - estarão proibidos de exercer o trabalho e receberão um auxílio do Governo do Estado no valor de um salário mínimo pelo período de três anos.

Esse auxílio não será pago durante o período de piracema, quando a atividade já é proibida em todo o território nacional para não comprometer a época de reprodução dos peixes.

Depois desse período de três anos, os pescadores deverão exercer outras atividades profissionais.

INTERVENÇÃO NA SAÚDE

"Destruíram as políticas públicas", diz Emanuel



O prefeito demonstrou preocupação em relação ao que pode encontrar quando a gestão da pasta de saúde retornar ao controle municipal

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), enfatizou que a equipe interventora do Estado está prejudicando a Saúde Pública da capital com o objetivo de afetar sua administração. Emanuel salientou que a Procuradoria do Município está atualmente estudando maneiras de evitar que a prefeitura seja prejudicada com o término do período de intervenção em 31 de dezembro.

Ele expressou preocupação em relação ao que pode encontrar quando a gestão da pasta de saúde retornar ao controle municipal.

"Eu já expliquei que estou estudando com a minha equipe jurídica. Estamos estudan-

do. Hoje, o caos que eles buscavam, repito, encontraram. A intervenção está destruindo, desmantelando as políticas públicas de saúde e desestruturando a saúde pública de Cuiabá. Agora estão usando a Saúde Pública para tentar obter benefícios para o Estado. Isso é um grande sacrifício para a população cuiabana, que sempre sustentou o sistema de saúde do Estado, especialmente agora, quando a saúde pública no interior não existe", declarou durante entrevista à imprensa na segunda-feira, 2 de outubro.

Emanuel também mencionou que entregou ao Estado uma estrutura de saúde pronta e organizada, mas que, como em toda a rede do Sistema Único de Saúde

(SUS) no país, havia desafios.

"Destruíram a Saúde Pública de Cuiabá e desmontaram as políticas públicas de saúde. Portanto, retomar isso agora parece ser uma armadilha deles. [...] Vamos dialogar com eles e, se houver alguma alternativa, esperamos amadurecer a situação até lá. No entanto, como vocês podem ver, a imprensa está noticiando diariamente a triste realidade dos fatos", disse.

INTERVENÇÃO - Em março, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) aprovou o voto apresentado pelo desembargador Orlando Perri, que defendeu a medida após denúncias de irregularidades feitas pelo Ministério Público.

Perri, que havia decidido pela intervenção de forma monocrática no final do ano passado, decisão que foi derubada pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, determinou a suspensão da intervenção até que o processo fosse julgado pela turma colegiada do TJMT.

O processo foi submetido ao colegiado, que, por maioria, aprovou a continuidade da intervenção. À medida que se aproximava do término dos 90 dias, o procurador-geral de Justiça, Deosdete Júnior, solicitou a prorrogação da intervenção até 31 de dezembro deste ano, pedido que foi atendido pelo Judiciário.

MARCO TEMPORAL

Flávio Dino diz que vai seguir entendimento do STF

Da redação

O ministro Flávio Dino enfatizou que o projeto aprovado pelo Congresso Nacional relacionado ao Marco Temporal ainda não chegou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para análise de sanção ou veto. No entanto, ele destacou a importância de conduzir essa análise em concordância com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou a matéria inconstitucional.

"O projeto ainda não foi encaminhado ao Ministério da Justiça para análise de sanção ou veto. Nós emitiremos um parecer, é claro, e este parecer será emitido à luz da decisão do Supremo. Porque, obviamente, de acordo com a função própria do Ministério da Justiça e por uma compreensão institucional, qualquer lei deve ser interpretada à luz da Constituição, especialmente o artigo 231. O Supremo recentemente proferiu uma

decisão relevante sobre esse assunto", destacou em entrevista à imprensa na segunda-feira, 09 de dezembro.

"Portanto, posso adiantar que nosso parecer seguirá a direção indicada pela decisão do Supremo", acrescentou.

A questão em torno do Marco Temporal tem gerado debates em todo o país, com diversas opiniões e perspectivas sobre o assunto. O STF rejeitou a tese para a demarcação de terras indígenas, o que difere

do que ocorreu no Senado Federal, que aprovou a proposta permitindo que os indígenas ocupem as terras que estavam sob sua posse em 1988, na época da promulgação da Constituição Federal.

A opinião de Flávio Dino difere da posição de políticos do Estado. O governador Mauro Mendes (União) afirmou recentemente que um estudo preliminar indica que 14% do território brasileiro é ocupado por reservas indígenas. Ele

argumentou que, caso a proposta fosse reprovada, isso poderia causar sérios problemas jurídicos, inclusive o desaparelhamento de cidades. Mendes também ressaltou que alguns produtores poderiam perder suas terras e que a decisão do Congresso sobre o tema proporciona a necessária tranquilidade para a produção e geração de renda.

O ministro esteve em Cuiabá nesta semana para participar de um evento no Palácio Paia-

guás, onde anunciou investimentos de mais de R\$ 9 milhões para a área de Segurança Pública de Mato Grosso. Além disso, anunciou investimento de R\$ 15 milhões do Governo Federal para transformar o prédio onde deveria ter sido construído o Centro Oficial de Treinamento (COT) do Pari, em Várzea Grande, para a Copa do Mundo de 2014, em um centro de formação e treinamento para agentes das forças de segurança.

EDITAL PUBLICADO

Ao todo, serão nove novos desembargadores no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e ainda resta a publicação das cadeiras do Quinto Constitucional

TJ oficializa abertura de 7 vagas



Gilberto Leite

A ampliação do número de desembargadores foi aprovada em 2020 devido à sobrecarga do Tribunal, mas segue emperrada até hoje

Da redação

A presidente Clarice Claudino oficializou a abertura de sete novas vagas para desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). Os editais foram publicados no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) desta segunda-feira, 9 de outubro.

Essas sete vagas são todas destinadas a juízes de carreira do próprio Tribunal. Conforme a publicação, essas cadeiras serão distribuídas pelos critérios de antiguidade (três) e merecimento (quatro).

Ao todo, serão nove novos desembargadores no TJMT. Além das vagas destinadas a juízes de carreira, ainda há duas vagas para preen-

chimento do chamado Quinto Constitucional, que corresponde a 20% do total de membros do TJ.

Essas duas cadeiras pertencem a indicados do Ministério Público do Estado (MP-MT) e da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Mato Grosso (OAB-MT). Cada um dos órgãos indicará seis nomes, formando a chamada lista sêxtupla.

As duas relações são enviadas ao TJ para apreciação. Os desembargadores então analisarão os candidatos e excluirão três deles, formando duas listas triplíceis, uma de cada órgão.

Em seguida, as duas relações são enviadas ao governador Mauro Mendes (União Brasil), que dará a palavra fi-

nal, oficializando os dois novos membros, um de cada órgão.

A ampliação do número de desembargadores foi aprovada em 2020, devido à sobrecarga do Tribunal, mas segue emperrada até hoje, três anos depois.

FAVORITOS

São cotados para na OAB-MT os seguintes advogados:

Abel Sguarezzi
André Stumpf
Flaviano Taques
Gláucia Amaral
Hélio Nishiyama
Jackson Coutinho
Juliana Zafino
Marden Tortorelli

Já no MP-MT, são cotados os seguintes membros:

Márcia Furlan
Marcos Regenold Fernandes
Wesley Lacerda

EM MATO GROSSO

Flávio Dino desconversa sobre indicação a ministro

Gilberto Leite

Da redação

O ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Flávio Dino, desconversou ao ser questionado sobre uma possível indicação de seu para ocupar uma das cadeiras de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Nos bastidores do Palácio da Alvorada comenta-se que o ministro é um dos favoritos a ocupar a vaga deixada pela ministra Rosa Weber, que se aposentou no último dia 30. Dino está em Cuiabá na segunda-feira, 9 de outubro para anunciar investimentos na Segurança Pública.

De acordo com o ministro, não houve tratativas com o presidente acerca da vaga no STF.

“Tem algum candidato aqui no STF? Eu quero conhecer, mas realmente esse tema não foi tratado ainda, não sei

se será, se um dia será. Eu tenho seguido no trabalho, meus colegas de ministério que estão aqui sabem que há uma agenda bastante intensa. Hoje eu estou aqui, amanhã Brasília, quarta Pernambuco e Rio Grande do Norte cumprindo nossos deveres exatamente porque, como o senhor disse, há hoje uma ansiedade justa, um anseio justo para que haja esse fortalecimento das parcerias. É o que nós estamos fazendo”, destacou.

Ao ser questionado novamente sobre o tema, Dino citou uma passagem bíblica, afirmando não estar preocupado com o assunto.

“Eu leio a Bíblia todos os dias, o livro do Eclesiastes, capítulo 3: há tempo para todo propósito debaixo do céu. Traduzindo, cada dia com sua agonia. Hoje esse

tema não existe”, enfatizou.

INVESTIMENTOS - Dino esteve em Cuiabá nesta segunda-feira para entrega de mais de R\$ 9 milhões em investimentos para área de Segurança Pública no Estado, como 30 viaturas, 12 caminhonetes e 18 veículos de radiopatrulhamento, 116 pistolas, 235 fardas de policiamento rural, 09 drones, além de materiais de suporte e proteção individual.

Além disso, anunciou investimento de R\$ 15 milhões do Governo Federal para transformar o prédio onde deveria ter sido construído o Centro Oficial de Treinamento (COT) do Pari, em Várzea Grande, para a Copa do Mundo de 2014, em um centro de formação e treinamento para agentes das forças de segurança.



O ministro Flávio Dino desconversou sobre uma possível indicação para ocupar uma das cadeiras do STF

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

O Supremo Tribunal Federal e os deputados de MT

Divulgação



Maurício Romão é mestre e pós-doutor em economia pela Universidade de Illinois, Estados Unidos

Pela legislação atual (Lei 14.211/21 e Resolução TSE 23.677/21) a sistemática de alocação de vagas legislativas nas eleições proporcionais consiste em três etapas:

Na primeira etapa, as vagas são preenchidas

apenas pelos partidos e federações que atingiram o quociente eleitoral (QE), de acordo com seus respectivos quocientes partidários. As vagas não ocupadas nesta etapa ficam para ser distribuídas por sobras de voto

com base no método das maiores médias;

Na segunda etapa, as vagas por sobras são preenchidas somente pelas siglas com votação de pelo menos 80% do QE e os candidatos que tenham votos de no mínimo 20% desse mesmo QE. Trata-se da chamada “regra dos 80-20”;

Na terceira etapa, esgotadas as vagas alocadas às siglas que atendam cumulativamente às exigências da regra dos 80-20, e havendo ainda lugares remanescentes, estes serão ocupados pelos partidos detentores das maiores médias, desde que tenham votação de pelo menos 80% do QE, (o requisito de 20% do QE é flexibilizado).

Irresignados com as restrições impostas nesta terceira etapa os partidos REDE, Podemos / PSB, e Progressistas, tendo outras agremiações como amici curiae, impetraram no STF as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7228, 7263 e 7325, respectivamente.

Em apertada síntese, os requerentes sustentam que os dispositivos impugnados nas redações dadas pela lei e Resolução acima mencionadas colidem com a norma constitucional no que tange ao resguardo do pluralismo político e da representação das minorias.

Com esteio em tais argumentos, sugerem que na terceira etapa, a fase da “sobra das sobras”, poderão concorrer aos lugares remanescentes, pelo critério das maiores médias, todas as siglas que participaram do pleito, sem as exigências da regra dos 80-20.

O Relator das ações no STF, ministro Ricardo Lewandowski, entendeu que não descabe razão aos reclamantes e dá provimento parcial às ADIs sob investiva, permitindo que todas as legendas e seus candidatos participem da distribuição das vagas remanescentes da terceira etapa independentemente de terem alcançado a exigência dos 80% e 20% do QE.

Na sequência, o Relator, em respeito ao princípio da anualidade eleitoral e ao postulado da segurança jurídica, propõe modular os efeitos temporais da decisão da Suprema Corte, imprimindo-lhe caráter ex-nunc, com vigência a partir do pleito de 2024.

Os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes acompanharam o voto do Relator quanto ao acatamento do mérito das ações, porém divergiram no que diz respeito à sua modulação, pugnando pela vigência retroativa (ex-tunc) da decisão.

Na hipótese de a colenda Corte julgar o feito com marco temporal ex-tunc, a evidência empírica da eleição de 2022 mostra que haveria sete mudanças de deputados federais nos Estados do Amapá (4), Tocantins (1), Rondônia (1) e no Distrito Federal (1).

Assim, nenhuma alteração aconteceria na bancada do Mato Grosso, onde o processo de distribuição de vagas no estado se esgotou na se-

gunda etapa, não havendo a etapa subsequente, objeto das reclamações ajuizadas.

Noutro dizer, todas as vagas do pleito mato-grossense foram preenchidas na primeira etapa (três vagas pelo quociente partidário) e na segunda (cinco vagas por sobras), não restando, portanto, lugares remanescentes a alocar.

Também nenhuma alteração se processaria na Assembleia Legislativa do estado, visto que o mecanismo alocativo de vagas terminou na segunda etapa, inexistindo, por via de consequência, vagas sobrantes para distribuir.

O julgamento do feito foi suspenso por um pedido de vista do ministro André Mendonça, mas qualquer que seja o decurso do Supremo, as bancadas parlamentares de Mato Grosso não serão alteradas.

*Maurício Costa Romão é Ph.D. em economia pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. mauricio-romao@uol.com.br

PARQUE DE CHAPADA

Após muita insistência, a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal deu sinal verde para o projeto que concede a gestão ao governo

Comissão aprova transferência

José Medeiros | Gov. de MT

Da redação

A Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal aprovou o projeto de lei que transfere a gestão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães para o governo de Mato Grosso. Atualmente, o local está sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A proposta foi votada em reunião realizada na manhã desta quarta-feira, 11 de outubro, e obteve 11 votos a favor e três contrários.

Esse tema tem sido objeto de debate desde o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PT) e tem sido discutido pelo governador Mauro Mendes (União). Inicialmente, a intenção era anular o processo de licitação que concedeu a administração do parque à iniciativa privada, no entanto, essa tentativa não teve sucesso. A empresa Parquetur acabou vencendo o leilão com uma oferta de investimento de R\$ 18 milhões

ao longo de 30 anos.

Mauro alegava que os investimentos anunciados pela empresa vencedora do leilão eram irrisórios em comparação com o que o Estado havia proposto: investir R\$ 200 milhões em quatro anos.

Com a mudança de gestão, ele tentou novamente com membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), também sem êxito. No entanto, conseguiu uma vitória no Tribunal de Contas da União (TCU), que manteve uma liminar que suspendeu a concessão.

Em seguida, ele fez outra tentativa de convencer a equipe do presidente Lula a transferir a gestão, mas não obteve sucesso. Portanto, recorreu a uma manobra e convenceu os senadores do Estado a elaborar uma proposta legislativa para obter a gestão do Parque Nacional.

De acordo com o relator da proposta, senador Mauro Carvalho (União), o objetivo do Estado é assumir a administração do atrativo turístico

para proteger e preservar os ecossistemas, garantir a conservação dos recursos naturais e oferecer oportunidades nas áreas de educação, pesquisa científica e desenvolvimento turístico. Além disso, prevê que o governo deve investir R\$ 200 milhões no local ao longo de três anos.

Antes da votação, a autora da proposta, senadora Margareth Buzetti (PSD), destacou que a bancada de Mato Grosso no Senado Federal cobrará os investimentos anunciados pelo governo.

"Vamos cobrar dele [governador] esse compromisso e essa responsabilidade com a preservação ambiental, porque o parque é um local incrível que se tornará um polo turístico para a Baixada Cuiabana e para todo o Brasil. Temos cidades próximas, como Nobres e Bom Jardim. Portanto, é uma maneira de dizer às pessoas da Baixada Cuiabana que elas também podem desfrutar do turismo em sua região, sem custos



A proposta foi votada pela Comissão e obteve 11 votos a favor e três contrários

para entrar no parque, o que é muito importante", disse.

O relator, senador Mauro Carvalho, adotou o mesmo discurso e enfatizou o compromisso do Estado com a sustentabilidade, afirmando que será um fiscal atento do parque.

"Podem ter a certeza

de que teremos a oportunidade de convidar vários senadores para visitar o parque após os investimentos comprometidos pelo governador Mauro Mendes. Isso permitirá que todos os senadores e o público que visitar o Parque Nacional de Chapada testemunhem a preservação

ambiental e desfrutem da beleza cênica daquele local, que é um dos lugares mais bonitos do mundo", enfatizou.

Com a aprovação na Comissão de Meio Ambiente, o projeto seguirá para os próximos trâmites no Congresso Nacional.

EM MATO GROSSO

Cinco novas empresas são incluídas na lista suja do trabalho escravo

Da redação

O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou a chamada lista suja do trabalho escravo, na última quinta-feira, 5, e nela está inscrito 14 empresas de diversos municípios de Mato Grosso. A lista foi criada em 2003 e desde então o Ministério faz a divulgação a cada semestre. Ao todo, na lista há 473 empregadores que submeteram 3.773 trabalhadores a condições análogas à escravidão.

O maior número de pessoas resgatas, nesta nova inclusão em Mato Grosso, se deu na Fazenda Bom Jesus em Paranatinga, sendo identificadas 14 pessoas em condições precárias e o dono da fazenda é registrado como José Inácio Rodrigues Vargas. O empresário possui a carta de apoio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), sendo de R\$ 3,5 milhões concedido em 2020. O crédito tem o aval do governo, como aponta o MídiaJur. O em-

presário também acumula muitas ambientais desde 2008.

No semestre anterior, Mato Grosso tinha 10 empregadores inscritos na lista suja do trabalho escravo e nesta última atualização apenas o empregador Adilson Capanema de Freitas saiu da lista enquanto, que outros foram inclusos.

Entraram na última atualização cinco novos empregadores acusados de usar mão de obra escrava em trabalhos em fazendas em perímetro urbano de Mato Grosso.

Ao todo, nessas novas cinco inclusões, foram resgatadas 24 pessoas que viviam em péssimas condições de trabalho.

No Brasil todo, nesta nova atualização, foram incluídas 204 novas empresas, sendo a maioria nos estados de em Minas Gerais (37), seguida por São Paulo (32), Pará (17), Bahia (14), Piauí (14) e Maranhão (13).

PERMANÊNCIA NA LISTA - As empresas e empregadores inscritos na lista suja do trabalho escravo permanecem nela por no mínimo 2

anos, determinado pela Portaria Interministerial Nº 4, de 11 de maio de 2016. Durante o período que a empresa estiver na lista a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) faz o monitoramento dos empregadores e dos locais onde foram registrados os casos de trabalho escravo.

A SIT busca a regularização das empresas com os trabalhadores e caso a empresa permaneça cometendo o crime o nome do empregador permanecerá na lista suja por mais dois anos.

SAIBA COMO DENUNCIAR - O Governo Federal possui um canal exclusivo (www.ipe.sit.trabalho.gov.br/#!/) para a população fazer denúncias sobre casos de trabalho escravo. As denúncias são feitas através do Sistema IPÊ que permite com que o denunciante não precise se identificar e todo o toda a denúncia pode ser feita pela internet. Além de receber denúncias análoga à escravidão o sistema também recebe denúncias de trabalho infantil.

SEGURANÇA PÚBLICA

Ministro defende uso de guardas municipais no combate às facções

Da redação

O ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Flávio Dino, disse que uma das maneiras encontradas pelo Governo Federal para tentar inibir as atuações das facções criminosas no país, principalmente nos municípios, e o confronto entre elas, é investir nas Guardas Municipais.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública, afastando todas as interpretações judiciais que afastam essa categoria do grupo.

No entendimento do ministro, com os guardas mais equipados, muitas ações poderiam ser evitadas e respostas poderiam ser dadas mais rapidamente.

"Se me perguntarem hoje qual é a principal crença que eu tenho em relação à chamada polícia de proximidade, é que um país do tamanho do Brasil precisa também da estruturação

das forças municipais. E é por isso que nós estamos apoiando o projeto de lei para permitir que o Fundo Nacional de Segurança Pública não vá apenas para os Estados, mas vá também para os Municípios", defendeu.

Ele comentou que dentre as 700 viaturas entregues pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a maioria será destinada às Guardas Municipais.

"O que nós fazemos hoje são essas ações que nós chamamos de operações integradas. Haverá, inclusive, algumas nessa semana. E como funciona? Os Estados, ou eventualmente até os Municípios, nos demandam e dizem que queremos fazer uma operação sobre tal tema. Essas operações integradas é o modo de nós exercermos a cooperação federativa. Então, nós temos operações sobre tráfico, sobre pedofilia, sobre violência contra a mulher, sobre violência em escolas. E, com isso, nós vamos juntar as forças do governo federal e do

governo dos estados", destacou.

Em Mato Grosso, a cidade de Sorriso tem sido palco de confrontos armados entre membros do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC).

INVESTIMENTOS - Dino esteve em Cuiabá nesta segunda-feira, 9 de outubro, para entrega de mais de R\$ 9 milhões em investimentos para área de Segurança Pública no Estado: 30 viaturas, 12 caminhonetes e 18 veículos de radiopatrulhamento, 116 pistolas, 235 fardas de policiamento rural, 09 drones, além de materiais de suporte e proteção individual.

Além disso, anunciou investimento de R\$ 15 milhões do Governo Federal para transformar o prédio onde deveria ter sido construído o Centro Oficial de Treinamento (COT) do Pari, em Várzea Grande, para a Copa do Mundo de 2014, em um centro de formação e treinamento para agentes das forças de segurança.

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

LINHAS

- ⊗ Suprema
- ⊗ Gold
- ⊗ 30 Infinite
- ⊗ 42 Reforçada

CORES

- ⊗ Bronze
- ⊗ Branca
- ⊗ Prata Fosca
- ⊗ Amadeirada
- ⊗ Preto

SERRALHERIA COMPLETA

Máquinas de última geração

Vidraçaria & Serralheria

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com a mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima de melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ⊗ Envidraçamento de Socadas
- ⊗ Coberturas de Vidro
- ⊗ Box para Banheiro
- ⊗ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊗ Espelhos
- ⊗ Esquadrias de Alumínio
- ⊗ E muito mais...

Fale Conosco
(65) 3642-3344
Ligue agora!

Av. Gonçalves Antunes de Barros, 285
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175
www.casadosvidrosmt.com.br

REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS:

No primeiro semestre deste ano, em Mato Grosso, 54,8% dos empresários conseguiram renegociar suas dívidas e retomaram as operações no azul

Metade das empresas estão em dia

Gilberto Leite

Da redação

No acumulado das dívidas negativas no primeiro semestre deste ano, em média, 54,8% das empresas mato-grossenses conseguiram regularizar suas pendências financeiras ou renegociá-las em até 60 dias após a negativação, recuperando assim sua posição de crédito no mercado. Esses números foram divulgados recentemente pelo Indicador de Recuperação de Crédito das Empresas da Serasa Experian.

No ranking nacional, Mato Grosso divide com o Acre a quarta colocação:

- 1º Piauí, com 67%
- 2º Paraíba, com 58,5%
- 3º Maranhão, com 57,5%
- 4º Acre, com 54,8%
- 4º Mato Grosso, com 54,8%

De acordo com Fábio Apolinário, analista técnico do Serviço Brasi-

leiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MT), os dados indicam uma melhora de 2% em comparação ao ano anterior, resultado do crescimento da economia. "Neste ano, a inflação está mais baixa, e há uma tendência de queda nas taxas de juros, o que favorece as negociações. Além disso, Mato Grosso se destaca com um crescimento acima da média nacional, o que contribui para nossa posição no ranking", observou.

Mas recuperar o crédito pode ser um desafio, especialmente quando as empresas precisam lidar com clientes inadimplentes ou enfrentam dificuldades financeiras para cumprir seus compromissos com credores, parceiros e fornecedores.

O especialista do Sebrae-MT ressalta que manter as dívidas em dia

é fundamental para garantir a manutenção do crédito e a capacidade de realizar novos investimentos. "Dessa forma, a empresa pode continuar crescendo, investindo, comprando e expandindo de acordo com suas necessidades. Quando as empresas acumulam dívidas, perdem o crédito e começam a enfrentar problemas, ficando negativas."

Quanto à relação entre empresa e cliente, o programa Desenrola Brasil, lançado em agosto deste ano, é apontado como um aliado fundamental e talvez um dos principais contribuintes para a recente melhoria na economia, tendo sido implementado pelo governo no mesmo ano.

"O Desenrola Brasil permite que as pessoas físicas e as famílias possam renegociar suas dívidas, o que, por sua vez, melhora a renda e per-



Mais de 50% das empresas inadimplentes em Mato Grosso conseguiram regularizar dívidas no primeiro semestre deste ano

mite que elas retomem os pagamentos e o consumo. Para a economia, é sempre benéfico ver o aumento do consumo

das famílias. No entanto, é importante avaliar os impactos a curto e médio prazo, uma vez que renegociar dívidas a

taxas elevadas, mesmo com prazos estendidos, pode resultar em custos adicionais", pondera Fábio.

SER FAMÍLIA HABITAÇÃO

Governo abre edital para novos empreendimentos

Fernanda Trindade | MT PAR

O Governo de Mato Grosso publicou nesta quarta-feira (11.10) o edital de credenciamento de empresas que tenham empreendimentos no Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, para a disponibilização de unidades habitacionais ao Programa SER Família Habitação, na modalidade entrada facilitada. As unidades atenderão famílias com renda mensal bruta de até R\$ 8 mil. O Estado fornecerá subsídios de até R\$ 20 mil para que as

famílias complementem o valor de entrada da casa própria.

Poderão ser credenciados os empreendimentos localizados em áreas urbanas de todos os municípios de Mato Grosso. O SER Família Habitação é um programa do Governo do Estado, idealizado pela primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, e gerenciado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) e MT Par.

Uma das condições para o credenciamento é que as empresas do ramo da construção civil interessadas tenham

o empreendimento habitacional aprovado pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Assim que a construtora realizar o credenciamento, segue para a habilitação do empreendimento, e então é formalizado o Termo de Parceria entre MT Par e a Empresa do Ramo da Construção Civil. O empreendimento será dessa forma disponibilizado no Sistema Habitacional de Mato Grosso (SiHabMT) para que as famílias mato-grossenses tenham acesso aos empreendimentos e

possa escolher o que mais lhe agrade.

A primeira-dama de MT, Virginia Mendes, explicou que esse programa a possibilita de realização do sonho da casa própria para muitas famílias do nosso Estado.

"O sonho da casa própria está próximo de se tornar realidade na vida das famílias mato-grossenses que ainda não têm um imóvel. Ter um lugar para reunir a família é fundamental para todo cidadão. O SER Família Habitação nasceu nos meus sonhos e logo em breve será realidade", afirmou a primeira-

dama de Mato Grosso.

Para o presidente da MT Par, Wener Santos, há uma grande expectativa para o credenciamento das construtoras. "Esse é o maior programa de casas populares do Brasil, graças ao governador Mauro Mendes e a primeira-dama, Virginia Mendes que tem dado toda a atenção e cuidados para as famílias que realmente precisam", disse Wener.

O Governo do Estado concederá subsídios de R\$ 20 mil para famílias com renda mensal de até R\$ 2.640,00; de R\$ 15 mil, para famílias com renda men-

sal entre R\$ 2.640,01 e R\$ 4.400,00 e de R\$ 10 mil para famílias com renda mensal entre R\$ 4.400,01 e R\$ 8.000,00, para complementar o valor de entrada da casa própria.

O Governo de Mato Grosso estima entregar 40 mil unidades habitacionais em todo o estado.

O prazo para que as construtoras realizem o credenciamento permanecerá aberto até o dia 15 de dezembro de 2023.

Todo o regulamento e detalhes do edital de credenciamento já estão disponíveis no site da MT Par.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Obra do gasoduto de Cuiabá está 97% concluída, diz Sedec

LFernanda Trindade | MT Par

As obras da rede de distribuição de gás natural, que irá abastecer as empresas do Distrito Industrial de Cuiabá e entorno, já estão 97% executadas. Inicialmente, seriam 28 quilômetros de extensão, mas, com objetivo de beneficiar ainda mais empresas, o Governo do Estado, responsável pelo projeto, estendeu a tubulação para 39 quilômetros. Com isso, a rede terá capacidade para fornecer 4,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por mês.

A obra feita pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), MT Gás e MT Par canalizará o gás natural de San Matías, na Bolívia.

Atualmente, a parte da tubulação está praticamente finalizada e a de assentamento dos dutos já está pronta. A interligação ao ramal da MT Gás foi concluída com sucesso. A construção se encontra agora na fase de instalação do "city gate", que é uma estação central responsável pela filtragem, regulagem e medição do gás.

O presidente da MT Gás, Aécio Rodrigues, explicou que, depois disso, será iniciada a operação de toda a rede, onde vai ser feito o comissionamento e testes de funciona-

mento para certificar a operação dentro da normalidade.

"A previsão de entrega do gasoduto é no início de 2024. E uma das principais vantagens é a troca de matriz energética que vai gerar maior economia para as empresas de uma forma sustentável, com menos emissão de carbono e maior facilidade de uso e segurança", destacou Aécio.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, César

Miranda, explicou que essa é uma demanda antiga dos empresários do Distrito Industrial de Cuiabá e que, após concluída, deve ser realizada também em outras regiões do estado.

"Estamos construindo o primeiro gasoduto em Cuiabá. Essa é uma demanda antiga dos empresários. É uma energia barata que vai dar maior viabilidade econômica às empresas instaladas no Distrito. Após esse projeto, o Governo

de Mato Grosso pretende levar essa energia limpa a outras regiões do nosso estado para diminuir a necessidade de biomassa e aumentar o fornecimento de uma energia renovável para todas as indústrias do estado", pontuou o secretário.

Ao todo, 26 empresas do Distrito Industrial já formalizaram interesse de contratação, mas a expectativa é abastecer mais de 260, já que a economia para as empre-

sas será de aproximadamente 40% com o uso do gás natural.

O presidente da MT Par, Wener Santos, afirmou que Mato Grosso irá entregar o gás natural mais barato do Brasil. "Estamos falando de uma energia que é limpa e renovável. O Governo do Estado está trazendo economia, tecnologia e sustentabilidade para o Distrito Industrial de Cuiabá e vai atrair ainda novos investimentos e gerar novos empregos", finalizou.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS,
EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

*Não vendemos boias,
vendemos segurança
para seu pandinha.*

Unidade Shopping Estação Cuiabá-MT




panda
pool

